

da [CRIMINAL] AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283), [Outros Atos contra o Meio Ambiente], sob nº 5004034-25.2026.8.13.0699, em que é(são) autor(es) Ministério Público - MPMG CPF: não informado e réu UBÁ CONSTRUTORA LTDA-ME CNPJ nº 23.278.095/0001-05, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte ré, motivo pelo qual se procede por meio deste edital à sua CITAÇÃO, PARA RESPONDER À ACUSAÇÃO POR ESCRITO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, DEVENDO A DEFESA SE ATENTAR AO DISPOSTO NO ART. 209 §2º DO CPP, QUANDO DA APRESENTAÇÃO DA ALUDIDA RESPOSTA E DO ROL DE TESTEMUNHAS.

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

O prazo de resposta será contado após o decurso de 15 (quinze) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Eu, Laís Brandão, conferi e digitei.

NILO MARQUES MARTINS JUNIOR

UBERABA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE UBERABA/MG - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (vinte) DIAS. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, JOSÉ PAULINO DE FREITAS NETO, no exercício do cargo, na forma da lei, etc. FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam, por este Juízo de Direito e Secretaria da 4ª Vara Cível, os Autos nº 5023086-06.2023.8.13.0701, da AÇÃO EM PROCEDIMENTO COMUM, requerida por BANCO BRADESCO S.A., em face de CLAUDIA HONORATO ROSA. E que, pelo presente Edital, CITA o(a)s ré(u)s CLAUDIA HONORATO ROSA, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob o nº 067.097.606-77, atualmente em local incerto e não sabido, para os termos da referida ação, pela qual o autor pretende que o réu seja citado para responder à ação e, para havendo interesse apresentar contestação, com observação aos termos do art. 544, do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. Por derradeiro, fica, também, cientificado o citado de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV, do CPC). E, para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume neste Juízo de Direito, situado no Fórum Melo Viana, na Av. Maranhão, 1580, Uberaba/MG. DADO E PASSADO, nesta cidade, Comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, aos 03 (três) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis). O(a), Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, Dr. JOSÉ PAULINO DE FREITAS NETO, da Comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

COMARCA DE UBERABA-MG - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - O Exmo. Sr. Dr. Fabiano Garcia Veronez, MM. Juiz de Direito da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Uberaba/MG na forma da Lei, etc, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem notícias que por este Juízo da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Uberaba/MG tramitam os autos 5004924-55.2026.8.13.0701 em desfavor do acusado GILLIARDE SILVA DOS SANTOS, brasileiro, nascido em 09/11/1996, natural de Itaberaba/BA, filho de Manoelito Cruz dos Santos e Morenita Silva dos Santos, que foi denunciado como incurso art. 147-A, § 1º, inciso II, do Código Penal, na forma da Lei nº 11.340/06. No dia 13 de março de 2026, durante discussão entre as partes, o denunciado passou a insistir na retomada do relacionamento.

Diante da insistência e recesso com a situação, a vítima acionou a Polícia Militar, tendo o denunciado deixado o local. Após se retirar, o denunciado encaminhou áudios à vítima por meio do aplicativo WhatsApp, afirmando que a conversa entre eles não havia terminado e que, no dia seguinte, compareceria ao local de trabalho dela para continuá-la. Durante o atendimento da ocorrência, a vítima apresentou os referidos áudios à guarnição e relatou que não era a primeira vez que vinha sendo perseguida pelo denunciado, conforme registrado no REDS nº 2026-011814039-001. Posteriormente, embora a vítima tivesse deixado claro que não pretendia retomar o relacionamento e bloqueado o denunciado nos meios de comunicação, ele persistiu nas tentativas de contato, comparecendo à residência da ofendida e realizando diversas ligações para o telefone fixo de seu local de trabalho ao longo da semana. No dia 08 de abril de 2026, o denunciado novamente permaneceu nas proximidades da residência da vítima, sendo necessária a intervenção de familiares do próprio denunciado para retirá-lo do local. No dia seguinte, 09 de abril de 2026, o denunciado realizou ligações para o telefone celular de um funcionário do posto de combustível onde a vítima trabalhava e solicitou que ele informasse à ofendida que iria ao estabelecimento para conversar com ela após o expediente. Apesar da recusa da vítima em manter contato, o denunciado compareceu ao posto de combustível e permaneceu no local à sua espera. E constando dos autos que o denunciado acima se encontra em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para citar GILLIARDE SILVA DOS SANTOS a fim de responder por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, a acusação do Ministério Público, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, sob pena de ser-lhe nomeado Defensor Público ou dativo. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, aos 21 de outubro de 2026. Eu, Nicole de Andrade Amui Fernandes, Oficial Judiciário, o digitei. Fabiano Garcia Veronez Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, os bens penhorados, na seguinte forma:

PRIMEIRO LEILÃO: dia 27/11/2026, com encerramento às 13:00 horas. Os lances podera"o ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, ate o horario do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação"o, o leila"o permanecera aberto ate a data do SEGUNDO LEILÃO: dia 27/11/2026, com encerramento às 14:00 horas, a quem mais der, excetando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação"o (art. 891, § 1º do CPC/2015), exceto nos casos onde há meação (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade. REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA. No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.

LOCAL: Átraves do site www.joserodovalholeiloes.com.br

PROCESSO: Autos nº 5015182-71.2019.8.13.0701 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que e Exequente BATELLA, LASMAR, SILVA E JACQUES SOCIEDADE DE ADVOGADOS (CNPJ: 20.248.038/0001-95) e Executado CENTRO AUTOMOTIVO UBERABA LTDA - ME(CNPJ: 05.936.995/0001-10).

DESCRIÇÃO DOS BENS: 01) 02 (dois) Elevadores

automotivos, sem marca aparente, avaliados em R\$ 8.000,00 cada, totalizando R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais); 02) 01 (um) Âlinhador automotivo de direça"o, MÁC 4000, avaliado em R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).(RE)AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em 24 de março de 2026.

LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais). *No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão.

VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R\$ 28.124,53 (vinte e oito mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta e tre=s centavos), em 21 de janeiro de 2026.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Quinca Vaz, 27, Nossa senhora da Ábadia, Uberaba/MG.

DEPOSITÁRIO: JOÃO BATISTÁ XÁVIER, Rua Quinca Vaz, 27, Nossa senhora da Ábadia, Uberaba/MG.

ÔNUS: Nada consta nos autos.

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leila"o, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros o=nus que gravem o bem, o mesmo sera leiloado livre e desembaraçado de quaisquer onus, ate a data da expediça"o da respectiva Carta de Árremataça"o ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os de bitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Correrão por conta doarrematante, as despesas e os custos relativos al desmontagem, remoça"o, transporte, transfere=ncia patrimonial dos bens arrematados e dilige=ncias do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imo vel alienado fiduciariamente, os de bitosdecorrentes da baixa da hipoteca e da alienaça"o fiduciaria sa"o de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973).Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Co digo Civil, a atuaça"o do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediaça"o da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelojuí zo responsa vel pelo processo e as caracterí sticas certificadas nos autos. Portanto o Leiloeiro Oficial na"o se enquadra nas condiço"es de fornecedor, intermedia rio, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por ví cios/defeitos ocultos ou na"o, nobem alienado, como tambe m por reembolsos, indenizaço"es, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipo tese, nos termos do art. 663, do Co digo Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, als normas do Co digo do Consumidor, por na"o se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste profissional quanto a demora na posse ou transferencia dos bens arrematados, divergencias entre as caracterí sticas encontradas nos bens recebidos em relação"o als caracterí sticas constantes em edital, ví cios ocultos, emissão de documentos, baixas de restriço"es ou outras questo"es que recaiam sobre a arrematação.DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Co digo Civil, quando a coisa for indivisí vel e os consortes na"o quiserem adjudica -las a um so, indenizando os outros, sera vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condiço"es iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condo=minos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, na"o as havendo, o de quinhão maior.Àssim, para que QUEM TIVER DIREITO (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Co digo Processo Civil) possa exercer o direito de prefere=ncia dos bens leiloados, deverão, de modo pre vio, cadastrar-se e solicitar habilitaça"o no site www.joserodovalholeiloes.com.br. Ao efetuar o

cadastro e habilitação, informar a CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência. Respeitadas as regras do DIREITO DE PREFERÊNCIA, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao TERCEIRO, se desejar, no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados, exercer o direito de preferência, ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada. LEILOEIRO: O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, JOSÉ ANTÔNIO RODOVALHO JÚNIOR, JUCEMG sob nº. 862/2012, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais www.leiloesjudiciais.com.br.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: Havendo arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser custeada pelo arrematante, assim como de 5% (cinco por cento) do valor da proposta para aquisição em parcelas, devida pelo proponente. Em caso de extinção do processo, por adjudicação tardia, por remissão ou por transação entre as partes, será devida a remuneração do Leiloeiro no equivalente a 2% (dois por cento) do valor de avaliação do bem. Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remissão após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º, § 3º da Resolução nº 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, a ser arcado pelo executado remidor. Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme prevista no edital de leilão, Decreto-Lei 21.981/1932 e Resolução nº 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo. Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.joserovalholeiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução nº 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescido da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lançamentos imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sempre prévio da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo

Civil).

Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação. Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pelo Leiloeiro Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, será de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução do valor da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: À arrematação o far-se-á mediante pagamento à vista, no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

ARREMATACÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão a custo do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro.

VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do Telefone: 0800 500 9949 e do e-mail contato@joserovalholeiloes.com.br.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no site do Leiloeiro www.joserovalholeiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PÚBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

ARREMATACÃO: Assinado o auto, pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico,

o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

OBSERVAÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o Executado CENTRO AUTOMOTIVO UBERABA LTDA. - ME, na pessoa de seu Representante Legal, bem como os eventuais: terceiros interessados, depositários, coproprietários, proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(a) o remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015).

E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca.

NELZIO ANTÔNIO PAPA JÚNIOR Juiz de Direito

UBERLÂNDIA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS - 2ª VARA CRIMINAL EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA, COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS. A MMª. Juíza de Direito ANA REGIA SANTOS CHAGAS, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital vierem, ou dele tiverem notícia, que por este Juízo tramitam os autos de número: 0034580-47.2023.8.13.0702 o qual foi determinada a INTIMAÇÃO do réu ADRIANO REGINALDO DA CUNHA, brasileiro, natural de Anápolis/GO, nascido em 28/12/1977, filho de MARIA DE LOURDES DA SILVA e BENEDITO OSMAR DA CUNHA. ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, da sentença proferida em 13/07/2026, com o seguinte dispositivo: Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para SUBMETTER os denunciados ADRIANO REGINALDO DA CUNHA e CARLOS ANDRÉ GOMES DOS SANTOS, já qualificados nos autos, às disposições do artigo 33, caput, da Lei 11.343/06. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Assim, nos termos do art. 361 do CPP, foi o presente edital expedido e afixado no lugar público de costume, para intimá-lo e chamá-lo no prazo de 05 dias. DADO e PASSADO nesta cidade e comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, aos 20 de outubro de 2026. Eu, Antônia Vieira (Assistente de apoio Judicial), o digitei. ANA REGIA SANTOS CHAGAS, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, o assina.

COMARCA DE UBERLÂNDIA/MG - EDITAL DE CITAÇÃO - 15 (QUINZE) dias. A Juíza de Direito da 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE UBERLÂNDIA - MG, autos nº 0005455-97.2024.8.13.0702 na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL